



Organização
Internacional
do Trabalho

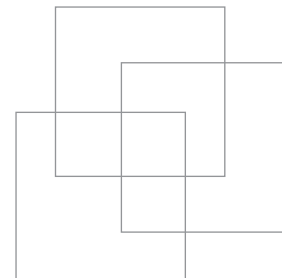
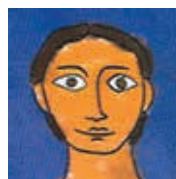
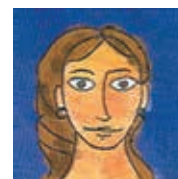
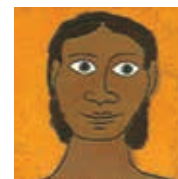
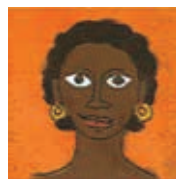
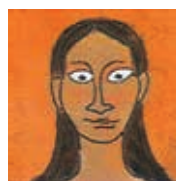


TRABALHO DECENTE E JUVENTUDE



SÉRIE: SUBCOMITÊ DA JUVENTUDE • AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE

Diálogo Social
e Trabalho
Decente para
a Juventude
no Brasil



Organização Internacional do Trabalho – OIT
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Diálogo Social e Trabalho Decente para a Juventude no Brasil

Enid Rocha Andrade Da Silva¹
Débora Maria Borges de Macedo²
Marina Morena Alves de Figueiredo³

Brasília
2015

¹ Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais DISOC/IPEA.

² Pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNDP) na DISOC/IPEA.

³ Pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNDP) na DISOC/IPEA.

Copyright © Organização Internacional do Trabalho e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada 2015

Primeira edição: 2015

As publicações da Organização Internacional do Trabalho gozam de proteção de direitos de propriedade intelectual em virtude do Protocolo 2 da Convenção Universal sobre Direitos Autorais. No entanto, pequenos trechos dessas publicações podem ser reproduzidos sem autorização, desde que a fonte seja mencionada. Para obter direitos de reprodução ou de tradução, solicitações para esses fins devem ser apresentadas ao Departamento de Publicações da OIT (Direitos e permissões), International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Suíça, ou por correio eletrônico: rights@ilo.org. Solicitações dessa natureza serão bem-vindas.

As bibliotecas, instituições e outros usuários registrados em uma organização de direitos de reprodução podem fazer cópias, de acordo com as licenças emitidas para este fim. A instituição de direitos de reprodução do seu país pode ser encontrada no site www.ifrro.org.

Dados de catalogação da OIT

Andrade Da Silva, Enid Rocha; Borges de Macedo, Débora Maria; Alves de Figueiredo, Marina Morenna

Diálogo social e trabalho decente para a juventude no Brasil / Enid Rocha Andrade Da Silva, Débora Maria Borges de Macedo, Marina Morenna Alves de Figueiredo ; Organização Internacional do Trabalho (OIT) ; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). - Brasília: OIT, 2015

ISBN: 978-92-2-830633-0 (Print)

978-92-2-830634-7 (web pdf)

Organização Internacional do Trabalho, Escritório da OIT no Brasil; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

emprego de jovens / trabalho decente / dialogo social / política de emprego / planejamento nacional / Brasil

13.01.3

As denominações empregadas e a forma na qual dados são apresentados nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, não implicam nenhum julgamento por parte da Organização Internacional do Trabalho sobre a condição jurídica de nenhum país, zona ou território citado ou de suas autoridades e tampouco sobre a delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade pelas opiniões expressadas nos artigos, estudos e outras colaborações assinados cabe exclusivamente aos seus autores e sua publicação não significa que a OIT ou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada as endosse.

Referências a empresas ou a processos ou produtos comerciais não implicam aprovação por parte da Organização Internacional do Trabalho ou do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o fato de não serem mencionadas empresas ou processos ou produtos comerciais não implica nenhuma desaprovção.

As publicações e produtos eletrônicos da OIT podem ser obtidos nas principais livrarias e em redes de distribuição digital, enviando pedidos para: ilo@turpin-distribution.com. Para mais informações, visite o nosso site ilo.org/publns ou entre em contato pelo email ilopubs@ilo.org.

Sumário

1. Introdução.....	04
2. Criação do Subcomitê e Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude e ANTDJ.....	04
3. A 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD).....	06
3.1 Os resultados da I Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente.....	07
4. O processo de construção do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.....	08
5. O Subcomitê do Trabalho Decente para a Juventude.....	08
5.1 Causas do desemprego e condições precárias do trabalho da juventude.....	09
5.2 Evolução da situação da formalidade e do emprego juvenil.....	09
5.3 Avaliação da articulação dos membros do Subcomitê em torno da ANTDJ: Aspectos positivos e negativos.....	10
5.4 Principais desafios para a concretização das prioridades estabelecidas na ANTDJ.....	11
5.5 Diálogo Social com os jovens na elaboração e definição das políticas públicas para o trabalho decente.....	12
5.6 A visão dos Membros do Subcomitê da ANTDJ: uma síntese.....	14
6. O lugar do trabalho decente em outros espaços de diálogo e participação social da juventude no Brasil.....	15
6.1 Conferências de Juventude.....	15
6.2 1ª Conferência Nacional de Juventude.....	15
6.3 2ª Conferência Nacional de Juventude.....	16
6.4 Expectativas em torno da 3ª Conferência (2015).....	16
6.5 Conselho de Juventude.....	17
7. Considerações finais.....	18
Fontes e Referências Bibliográficas.....	19



1. Introdução

O Diálogo Social figura como uma das quatro prioridades da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ). No diagnóstico sobre esse tema, o documento que traz a ANTDJ (2010) reconhece a complexidade em criar espaços de diálogos tripartites que se proponham a debater, com o objetivo de alcançar um consenso sobre questões que perpassam a juventude e o mundo do trabalho. A ampliação do acesso à educação de qualidade e a melhores postos de trabalho são as principais demandas dos jovens. São demandas estruturantes que não se deixam resolver tão facilmente. Os espaços para diálogo tripartite são, dessa forma, locais onde representantes de trabalhadores, de governos e de empregadores buscam, de forma conjunta, encontrar caminhos mais curtos e eficazes que levem à solução desses desafios.

No Brasil, existem diversos arranjos participativos institucionalizados que visam ampliar o diálogo entre governo e sociedade civil, e permitir maior permeabilidade do Estado às demandas da sociedade no processo de elaboração de políticas públicas, destacando-se os conselhos, as conferências, o Subcomitê da ANTDJ, entre outros. O Subcomitê é o único que foi criado para tratar, especificamente, da promoção do trabalho decente para a juventude. Porém, todos os espaços participativos são fundamentais para promover a interação entre as partes e para encontrar caminhos para resolver as principais questões que afligem a juventude, inclusive as questões do trabalho.

O objetivo deste texto é apresentar um diagnóstico das principais iniciativas de promoção do diálogo social sobre trabalho decente para a juventude, com destaque para o Subcomitê da ANTDJ, por se constituir no foro privilegiado para tratar desse tema com o olhar na preocupação dos jovens. Esse trabalho procurará destacar as diferentes visões – de representantes de empregadores, de trabalhadores e de órgãos governamentais – que circundam e entremeiam o Espaço do Subcomitê da ANTDJ. Este texto também apresentará, sempre que possível, a forma como o tema do trabalho decente é abordado em outros espaços de participação social da juventude, como no Conselho Nacional de Juventude e nas Conferências Nacionais.

2. Criação do Subcomitê e Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude e ANTDJ

No Brasil, a construção da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude se deu em um espaço de diálogo social tripartite, denominado Subcomitê da ANTDJ⁴. A institucionalização de um arranjo dessa natureza foi vista, entre os pares do Brasil na América Latina, como uma ação inovadora. Há interesse em conhecer mais detalhadamente sobre sua dinâmica de funcionamento, suas pautas de discussões, e os avanços e desafios enfrentados, por parte de seus membros, na construção de propostas que ampliam e melhoram a qualidade de emprego para a juventude brasileira.

⁴ No âmbito do Subcomitê da ANTDJ encontram-se representados 32 instituições. Dessas, uma é a OIT; 13 são órgãos governamentais pertencentes à administração pública do governo federal; quatro são confederações de empregadores; cinco são centrais sindicais, outro é órgão de estudos e pesquisas, vinculado ao movimento sindical. Outras sete são instituições de tipos diferentes das elencadas anteriormente, como: ONGs, universidades e movimentos sociais.



A existência do Subcomitê da ANTDJ resulta dos esforços despendidos pela OIT, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). Sua constituição demandou esforço de articulação e de diálogo entre o governo, as centrais sindicais e as confederações empresariais. Encontrar caminhos para a inclusão, com qualidade, dos jovens no mercado de trabalho constitui-se no principal objetivo de seus integrantes. O alcance desse objetivo demanda de seus membros, mais do que conhecimento sobre o entorno social, político e econômico do problema. Requer, principalmente, reflexões maduras sobre a melhor forma de enfrentá-los.

O quadro abaixo apresenta a sequência de eventos importantes que antecederam a criação do Subcomitê da ANTDJ e destacam os principais marcos relativos aos resultados obtidos, da sua implantação até o momento.

Quadro 1 – Sequências, de fatos e eventos em torno da criação do Subcomitê e da Construção da Agenda e do Plano da ANTDJ

Eventos	Período
1. Início da articulação e diálogo com centrais sindicais e confederações de trabalhadores em torno da ANTDJ	2007
2. Realização de oficina tripartite que discutiu as linhas gerais de proposta de Agenda de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ)	2008
3. Elaboração de relatório sobre trabalho decente da juventude no Brasil	2009
4. Realizações de reuniões e construção de consensos entre Subcomitê e Comitê Executivo para elaboração de propostas de ANTDJ	2009/2010
5. Constituição do Comitê Executivo Interministerial da Agenda Nacional de trabalho Decente e do Subcomitê de Juventude, coordenado pelo MTE e pela SNJ da Secretaria Geral da Presidência da República.	Decreto Presidencial 4 de junho de 2009
6. Criação do Grupo Consultivo Tripartite	2010
7. Processo de formulação, debate e aprovação da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.	
8. Divulgação e debate da Agenda em diferentes espaços, especialmente nas Conferências Estaduais de Emprego e Trabalho Decente.	2011
9. Discussão do tema na Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente.	2012
10. Discussão tripartite no âmbito do Subcomitê para a construção do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.	2013 e 2014

Fonte: MTE e OIT- Brasil
Elaboração: Ipea/Disoc.

Como é possível observar a partir da sequência de fatos e eventos listados no Quadro 1, no Brasil, o processo em torno da criação do Subcomitê da Juventude e da elaboração da ANTDJ foi realizado a partir da construção de consensos entre representantes das centrais sindicais, das confederações de trabalhadores e do governo federal. Considerando a diversidade de interesse e os diferentes lugares ocupados pelos membros do Subcomitê no mundo do capital e trabalho, pode-se afirmar que os desafios enfrentados para o alcance de tais resultados não foram desprezíveis e exigiram desprendimento de interesses de classe e disposição de dialogar em torno do interesse maior de proporcionar trabalho decente para a juventude do país.



3. A 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD)

Uma das estratégias do Subcomitê para promover e divulgar a ANTDJ foi levar o debate do tema em diferentes espaços, especialmente nas Conferências de Emprego e Trabalho Decente (Estaduais e Nacional), que ocorreram em 2011 e 2012. Essa decisão foi considerada acertada pelos atores que atuam nesse campo de ação e debates porque cumpriu o objetivo de provocar a reflexão sobre a maior precariedade do emprego juvenil em relação ao do adulto e sobre a necessidade de desenvolver formas e caminhos para o enfrentamento desse problema.

A realização da 1ª Conferência Nacional de Emprego e trabalho Decente, em agosto de 2012, teve o objetivo de promover um amplo debate no país sobre a temática das políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social. Representou um espaço de participação ampliado tripartite para a discussão e apresentação de propostas relacionadas aos conteúdos da Agenda Nacional de Trabalho Decente. Seu processo de preparação envolveu a realização de mais de 250 conferências (municipais e/ou intermunicipais, estaduais e uma distrital)⁵. Da etapa nacional, participaram cerca de vinte mil pessoas entre trabalhadores, empregadores, representantes de governo e de outras organizações da sociedade civil.

Uma avaliação realizada pelo Subcomitê da ANTDJ acerca das demandas e propostas, relativas ao trabalho de jovens que surgiram nas conferências estaduais de emprego e trabalho decente⁶, concluiu que a maior parte das propostas era relacionada aos aspectos ilegais do trabalho na infância. Mesmo assim, o tema do trabalho dos jovens em idade legal se fez presente nos debates e se referiram às quatro prioridades estabelecidas na ANTDJ, a saber: 1) Mais e melhor educação; 2) Conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; 3) Inserção ativa e digna no mundo do trabalho; 4) Promoção do diálogo social.

Entretanto, os resultados da avaliação do Subcomitê da ANTDJ mostraram que a temática do Diálogo Social ainda foi pouco presente nas propostas: *“A qualificação e gestão da própria ANTDJ é objeto de apenas uma proposta em um dos estados e não há propostas na perspectiva de ampliar o diálogo social sobre a condição juvenil no mundo do trabalho”* (Subcomitê ANTDJ, 2012 - Relatório de Pesquisa). A proposta mencionada refere-se a uma das linhas de ação da Prioridade 4, que propõe *Qualificar a gestão e implantação da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude*.

O relatório da pesquisa prossegue afirmando que: *“[existiram] várias propostas na perspectiva de garantir que os sindicatos defendam direitos de vários segmentos sociais, tais como das pessoas com deficiência (Pernambuco), da promoção do debate sobre a diversidade sexual e os direitos da população LGBT no âmbito da negociação coletiva (São Paulo), mas são quase inexistentes propostas de diálogo tripartite sobre os direitos dos jovens no mundo do trabalho”* (Subcomitê ANTDJ, 2012).

⁵ As conferências subnacionais tiveram o objetivo de promover o debate sobre a problemática do emprego e trabalho decente e de coletar demandas e propostas que subsidiassem, posteriormente, a discussão no plenário da Conferência.

⁶ Subcomitê da ANTDJ: Trabalho decente para a juventude: DEMANDAS E PROPOSTAS das CONFERÊNCIAS ESTADUAIS de emprego e trabalho decente (resultados apresentados em PPT 2012). A coleta de dados se deu por meio de entrevistas (gestores, representantes de entidades empresariais, sindicais e jovens) e observação em seis conferências (São Paulo, ABC paulista, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul) e análise de relatórios de 18 Conferências Estaduais de Emprego e Trabalho Decente (Amapá, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins, Ceará e São Paulo e Grande ABC).



Nas conferências estaduais foram aprovadas 3.966 propostas, que, depois de sistematizadas, resultaram em 639 propostas a serem apreciadas pelos delegados na Conferência Nacional. A etapa nacional aprovou 214 propostas por consenso ou maioria qualificada (acima de 80% dos presentes), com a participação dos empregadores⁷. Os resultados da avaliação do processo preparatório da I CNETD destacaram ainda que nos espaços das conferências nacionais nenhum dos entrevistados se dispôs a avaliar as propostas da ANTDJ por declararem não conhecê-las em profundidade. Daí a importância da estratégia do Subcomitê em desenvolver ações na direção de ampliar a visibilidade da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude.

3.1 Os resultados da I Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente

De acordo com informações contidas no Relatório da I CNETD, em todo o processo a participação das representações de empregadores, de trabalhadores e do governo esteve assegurada. No total, a Conferência Nacional reuniu 2.007 participantes credenciados, dos quais cerca de 1.000 eram delegados com direito a voto. Em relação à temática da promoção do trabalho decente para a juventude, a etapa nacional da Conferência foi mais promissora do que suas similares estaduais. Mas, ainda assim, de um total de 214 propostas aprovadas, apenas sete se referiram diretamente aos jovens, apesar de centenas de outras resoluções estarem indiretamente ligadas às questões da melhor qualidade do emprego juvenil.

O Quadro 2, abaixo, apresenta as sete resoluções aprovadas na I CNETD voltadas, de forma direta, para a necessidade de melhorar a qualidade da inserção da juventude no mercado de trabalho.

Quadro 2 – I CNETD: Conjunto de Resoluções aprovadas que dialogam diretamente com a problemática do emprego juvenil

Área: Igualdade de Oportunidade e de Tratamento, Especialmente para Jovens, Mulheres e População Negra

Proposta 1: fortalecer a participação de jovens como sujeitos políticos no controle social das políticas públicas de interesse do seu segmento.

Área: Inserção do jovem no mercado de trabalho

Proposta 2: ampliar as políticas públicas educacionais para a formação técnica e profissional de jovens e adolescentes.

Proposta 3: ampliar o atendimento do programa Projovem Urbano e Projovem do Campo para jovens do Ensino Médio e incentivar parcerias entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) para ampliar as ações voltadas para os jovens.

Proposta 4: garantir o cumprimento das cotas estabelecidas na Lei da Aprendizagem Profissional (Lei no 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto no 5.598/2005).

Proposta 5: assegurar financiamento público, em nível municipal, estadual e federal para qualificação de adolescentes de 14 a 16 anos.

Proposta 6: estabelecer mecanismos institucionais de monitoramento da implementação da Agenda Nacional de Trabalho Decente da Juventude (ANTDJ), com a participação de jovens trabalhadores(as) e empregadores(as).

Área: Inclusão de pessoas em situação vulnerável

Proposta 7: garantir a concessão de bolsa de estudos para adolescentes entre 15 e 17 anos, pertencentes a famílias com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo, até a conclusão do ensino, atrelada à frequência escolar e à progressão.

Fonte: Relatório Final da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente - I CNETD.
Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, 2013. Elaboração: Ipea/Disoc.

⁷ A bancada dos empregadores decidiu apresentar uma moção de repúdio por entender que estava havendo descumprimento do regulamento interno da Conferência; que estavam sendo apresentadas propostas novas que não estariam resguardando a essência dos textos originais; que estavam ocorrendo excessos nas discussões; A partir disso, os delegados empregadores se reuniram em assembleia e decidiram, por unanimidade, suspender a participação na I CNETD, aguardando no local do evento até que, no seu entender, houvesse condições mínimas para a retomada dos trabalhos.



Como se observa, as principais resoluções abordam questões que refletem a preocupação central da juventude como educação, trabalho decente, qualificação profissional e igualdade de oportunidades, levando em consideração as diversidades juvenis. Essas resoluções demonstram, portanto, a necessidade da ampliação das ações e programas governamentais voltados para a melhoria das condições de trabalho para os jovens, enfatizando a importância da congruência entre as políticas públicas de educação e inserção laboral, que sustentam a promoção do trabalho decente para a juventude.

4. O processo de construção do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude⁸

Na sequência de eventos em torno da construção e divulgação do Subcomitê e da Agenda, em 2013 passou-se a discutir a construção do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, cujo objetivo central é orientar as diretrizes voltadas à promoção do trabalho decente para juventude brasileira nos próximos anos. O Plano vem sendo elaborado em ambiente tripartite, onde representantes governamentais, empresariais e dos trabalhadores se reúnem para detalhar as estratégias necessárias para implementar as prioridades estabelecidas na ANTDJ em 2010. A proposta do Plano contém, ainda, um amplo diagnóstico das mudanças conjunturais e os marcos institucionais que afetam a juventude trabalhadora do Brasil. Até novembro de 2015, o Plano se encontrava em fase final de elaboração por parte dos membros do Subcomitê da ANTDJ.

5. O Subcomitê do Trabalho Decente para a Juventude

O Subcomitê da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude é o espaço público, institucionalizado pelo governo brasileiro, que reúne os atores fundamentais para discutir e encontrar saídas que visam a redução do desemprego, informalidade e precariedade do trabalho da juventude brasileira. Os ideais de cooperação, compartilhamento de ideias e a disposição de negociar em torno de uma pauta convergente e de interesses comuns são, de fato, os princípios norteadores dos espaços de diálogo social. Esses princípios se tornam mais importantes em fóruns tripartites não paritários, como é o caso do Subcomitê da ANTDJ, onde se busca tomar decisões por meio de consensos.

É composto por representantes de 32 instituições, sendo 13 órgãos (Secretarias e Ministérios) do governo federal; 04 confederações de empregadores; 07 representantes de centrais sindicais de trabalhadores – incluindo o DIEESE –; e 08 outras instituições representadas e que auxiliam a parte técnica do funcionamento do Subcomitê⁹. Em 2014¹⁰, em conjunto com a OIT, o IPEA realizou uma pesquisa

8

⁹ Como é o caso da Organização Internacional do Trabalho; e outras sete: Inspeção São João Bosco (ISJB); Atletas Pela Cidadania (ATC); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPEG); União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES); União Nacional dos Estudantes (UNE).

¹⁰ Pesquisa disponível em: OIT. Juventude e informalidade: a formalização da juventude informal: Experiências inovadoras no Brasil. Lima: OIT/ Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe, 2015.



qualitativa junto a 21 membros do Subcomitê¹¹. A pesquisa realizada pelo IPEA/OIT abordou uma série de questões que buscaram conhecer a opinião dos integrantes do Subcomitê sobre vários aspectos que circundam a problemática do trabalho decente da juventude. Nessa seção serão apresentados alguns resultados dessa pesquisa que ajudam a compreender a visão dos membros do Subcomitê sobre o diálogo social em torno da educação e do trabalho da juventude¹².

5.1 Causas do desemprego e condições precárias do trabalho da juventude

Para os membros do Subcomitê entrevistados as causas para a elevada informalidade do trabalho de jovens relacionam-se a três questões: (i) características do perfil dos jovens – a baixa escolaridade, a pouca qualificação e experiência; as dificuldades de conciliar estudo com trabalho; a falta de informação sobre postos e vagas no mercado de trabalho; e a maior propensão dos jovens em aceitarem condições precárias de emprego; (ii) questões estruturais, culturais e históricas vinculadas ao modelo de desenvolvimento econômico e social do país; e (iii) insuficiência ou inadequação de políticas públicas de incentivo para a melhor inserção do jovem.

As entrevistas também revelaram que todos os entrevistados reconhecem que a diversidade de juventudes – gênero, raça, condição social, situação do domicílio, entre outros atributos – se expressa em desigualdades no acesso ao emprego formal e às melhores condições de trabalho. E não apenas isso. A maioria dos membros entrevistados apontou que o entrelaçamento das categorias gênero, raça e classe tem forte impacto na qualidade da inserção no mercado de trabalho dos jovens. Existe também uma visão compartilhada de que as recentes políticas públicas de ação afirmativa estão colaborando para a diminuição das desigualdades existentes no mercado de trabalho em relação aos jovens brancos.

Ademais, foi unânime a percepção de que os jovens do meio rural têm acesso a uma educação de pior qualidade em comparação aos jovens que vivem em meio urbano. Esse fator contribui para migração para as cidades e direciona os jovens a trabalhos desvalorizados socialmente. As regiões Norte e Nordeste, por sua vez, foram indicadas como as regiões onde os jovens têm acesso a piores empregos, relacionados à prestação de serviços, quando comparados com os jovens de outras regiões brasileiras, como Sul e Sudeste.

5.2 Evolução da situação da formalidade e do emprego juvenil

¹¹ Do número total de 21 entrevistas realizadas, 12 foram feitas com os integrantes governamentais; 5, com representantes das centrais de trabalhadores; e 4 foram realizadas com representantes das confederações de empregadores. Os entrevistados se dividiram entre 13 mulheres e 8 homens. Entre esses, 4 são jovens, com idade até 29 anos e 15 são adultos (de 30 a 60 anos). 10 dos entrevistados se autodeclararam pretos e pardos e 9 brancos, 2 não responderam. Em relação ao tempo em que participam do Subcomitê, 9 fazem parte há, no máximo, um ano; 6 entrevistados estão no Subcomitê por um período que varia de um até três anos; e outros 6 integram o Subcomitê por um período maior que três anos.

¹² Quem são os integrantes que participam do Subcomitê da ANTJ? De acordo com suas visões, quais são as principais causas que resultam na elevada informalidade do emprego de jovens no Brasil? Quais seriam as principais dificuldades e desafios para ampliar as oportunidades de emprego de qualidade e com proteção social para os jovens? O que pensam sobre a diversidade de juventudes – gênero, raça, etnia, condição social, local de moradia – e de que formam influenciam na qualidade da inserção no mercado de trabalho? Qual o papel de suas instituições diante do desafio de reduzir a informalidade do trabalho da juventude? Como avaliam a articulação, os conflitos e o diálogo social entre as partes em torno dos temas da ANTJ? Quais suas expectativas para o futuro em relação à problemática da informalidade no trabalho dos jovens? Essas são as questões que os entrevistados foram instados a responder nas entrevistas; e que aqui, algumas delas serão apresentadas.



Em relação à evolução da situação da informalidade do trabalho dos jovens, a maioria dos membros entrevistados afirmou perceber avanços nas políticas de trabalho para a juventude com consequente redução da informalidade. Outra parcela dos entrevistados reconheceu ainda que houve impactos significativos para os grupos com maiores dificuldades de inserção no emprego formal, como mulheres e negros. Entretanto, nesse aspecto, os representantes de centrais sindicais discordam conjuntamente que os avanços nas políticas tenham sido capazes de gerar impacto na redução da informalidade do emprego dos jovens brasileiros. Admitem que o governo tenha se empenhado no tema da juventude e indicam a criação da Secretaria Nacional de Juventude como um grande passo, mas ainda não conseguem enxergar a efetividade das políticas atingindo, de fato, os jovens brasileiros.

As diferenças de posição dos atores sociais que interagem por meio do diálogo social no Subcomitê repercutem sobre a forma como avaliam a evolução da situação da formalidade e do emprego juvenil. Por exemplo, a maioria dos representantes entrevistados de instituições governamentais considerou que as recentes políticas de inclusão, educação e trabalho foram importantes para o crescimento do emprego formal e que é possível perceber avanços concretos. No entanto, foi também entre os membros governamentais, e apenas nesse grupo, que apareceram relatos de que, apesar dos esforços, não aconteceram avanços reais.

Entre os atores representantes do governo que apresentaram uma visão mais otimista da evolução da formalidade, houve a opinião de que a informalidade ainda é um dos principais problemas do mundo do trabalho, mas que entre os jovens os índices caíram mais do que para o resto da população. Alguns representantes de confederações de trabalhadores perceberam a existência de avanços concretos, mas que não foram capazes de produzir efeito na informalidade do trabalho juvenil. Entre os membros da classe empregadora que reconheceram a redução da informalidade, predominou a ideia de que o estímulo que vem do governo em forma de políticas públicas é importante e faz a diferença na empregabilidade dos jovens.

5.3 Avaliação da articulação dos membros do Subcomitê em torno da ANTDJ: Aspectos positivos e negativos

Na visão dos entrevistados, a Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude exerce papel importante na integração entre o governo e os demais representantes que participam do Subcomitê. Interessante notar que todos os representantes entrevistados afirmaram que este espaço é importante para mediar os diversos interesses envolvidos. Destacaram que, apesar de cada representante ter um lugar de representação distinto, todos buscam a construção de consensos a partir do equilíbrio entre os diversos interesses. Reconhecem, no entanto, que há divergências de opiniões que refletem as diferentes posições que os membros do Subcomitê ocupam na relação capital e trabalho.

Muitos representantes governamentais consideraram que o diálogo possibilita a construção coletiva de um diagnóstico, por meio de várias visões diferentes, e oferece possibilidade real de visão articulada entre os diversos segmentos que compõem o Subcomitê na busca por consensos. Representantes dos empregadores entendem que a participação de seu segmento nos debates contribui para passar a experiência empresarial para o governo, destacando que o diálogo social permite pensar políticas que atendam aos interesses de ambos. Todavia, ressaltaram a necessidade de encontrar a equação que equilibra os interesses para a construção dos consensos.

Por sua vez, representantes de centrais de trabalhadores reconhecem que há conflitos de interesses, que são, por vezes, *ideológicos*, pois cada bancada ocupa um lugar diferente no mercado de trabalho. No entanto, observaram que é preciso estar aberto para o diálogo social tripartite a fim de reduzir o desemprego e a informalidade juvenil.



“Conflitos sempre há com o setor empresarial. Eu acho que melhorou muito o diálogo nos últimos anos. Eu acho que esses espaços, ao longo desses anos, estão ajudando que apareçam propostas. Para quem começou a acompanhar isso há muitos anos atrás, a gente vê muita melhora, mas, realmente, na hora que você define algumas políticas, há muita divergência” (Representante dos Trabalhadores).

5.4 Principais desafios para a concretização das prioridades estabelecidas na ANTDJ

Na percepção dos membros do Subcomitê, os desafios para a concretização das prioridades estabelecidas na ANTDJ são realmente numerosos e diversos. Na correspondência com as prioridades da Agenda, os desafios mais citados foram aqueles relacionados com a Prioridade 1 *“Mais e melhor educação”*. Alguns fizeram questão de enfatizar que os desafios ultrapassam as prioridades estabelecidas na Agenda. Afirmam que os desafios são muitos e, é justamente na infinidade de dificuldades e no entrelaçamento de causas e problemas, que reside o grande desafio para a concretização das prioridades:

“São muitos os desafios. Muito embora tenham sido identificados esses desafios, muitos outros podem surgir. (...) O diagnóstico não é e não pode ser ido como a única verdade” (Representante dos Empregadores).

Para representantes de empregadores, o governo precisa *“melhorar o cidadão”* para o mercado de trabalho – *melhor prepará-lo*. O desafio, segundo um interlocutor, é a conscientização de cada ator sobre seu papel no que diz respeito ao cumprimento de ações e responsabilidades que visem a execução das prioridades da Agenda. Por sua vez, para os representantes governamentais, o grande desafio é a própria concretização das quatro prioridades. Entre representantes governamentais, alguns citaram termos como *articulação, concretização, efetivação e materialização* das prioridades como desafios. Alguns deles têm opinião de que os desafios são maiores para o governo, por ser responsável pela implementação de políticas públicas e pela proposição de ações conjuntas com outras esferas para a concretização das prioridades.

Muitos representantes mencionaram a dificuldade em realizar a integração entre as políticas públicas. Um representante de uma confederação de empregadores destacou a necessidade de haver articulação entre o que é proposto na Agenda e o que é feito por meio das ações governamentais: *“cada um dos atores deve assumir a sua parcela de culpa e as suas responsabilidades”* (Representante dos Empregadores).

Por sua vez, para um dos representantes de centrais sindicais, a melhor inserção do jovem no mercado de trabalho também depende dos empregadores e não apenas de políticas públicas: *“Depende também da parte dos empregadores não visar somente o lucro, mas ver o jovem trabalhador como um talento e não um recurso apenas”* (Representante dos Trabalhadores).



5.5 Diálogo Social com os jovens na elaboração e definição das políticas públicas para o trabalho decente

Sobre o diálogo social com a participação do jovem, o foco das entrevistas foi conhecer a percepção dos membros em relação à experiência de diálogo com o jovem no processo de definição e elaboração de políticas para o trabalho decente da juventude. Nesse aspecto foi possível perceber que, na opinião dos membros do Subcomitê, existem diferentes concepções de participação, ou seja, de quais formas, quais atores e quais espaços são responsáveis por concretizar essa participação.

Os representantes governamentais, por exemplo, citaram os jovens integrantes das centrais sindicais e das organizações estudantis, como aqueles com quem mais dialogam. Citaram também o Conjuve, o Subcomitê, os seminários regionais, encontros e conferências, assim como estudos e diagnósticos, como espaços de participação dos jovens. Destacaram a construção da Agenda como uma ação compartilhada. Nesse sentido, avaliaram que nos últimos anos o diálogo melhorou, mas precisa aumentar, pois “há muita burocracia”. Outros membros do governo, no entanto, avaliam que apesar de ter-se criado canais de participação, os jovens não participam efetivamente.

“Minha impressão é de que criaram os canais, mas em um primeiro momento não houve uma efetiva participação e uso desse canal de participação. Acho que pouco a pouco a coisa está se adensando e os jovens estão entendendo a importância. Estão vendo que, de fato, é debatido e vai parar no governo federal e se transforma mesmo em medidas. Então, na medida em que eles verem esse processo chegando mesmo até o final, até a ponta de implementação de uma política, eles sentem mais recompensados pela participação e devem pensar que vale à pena fazer o esforço e conciliar aí, mais uma coisa para conciliar com a vida familiar, trabalho e estudo. Então, é um sacrifício para ele, mas se ele ver que efetivamente aquilo tem resultado lá na frente eu acho que é um estímulo”
(Representante Governamental).

Tanto representantes do governo, como das organizações dos trabalhadores citaram as manifestações de rua de 2013 no Brasil. Sinal claro de que existe uma demanda por participação que não tem sido atendida:

“Eu acho que a juventude organizada tem tido condições de participar, exemplo disso são as conferências, os conselhos, as instâncias de juventude que se constituíram não só em nível federal, mas também em outros estados (...) Agora, eu acho que ainda se coloca um desafio muito grande de alcançar esses jovens que não estão organizados, digamos assim. Entender o que eles pensam, o que



eles querem para suas vidas e o que eles querem das estruturas de Estado para responder as suas questões. Então, desse ponto da discussão eu acho que (a participação) tem muitos limites” (Representante dos Trabalhadores).

Apesar de reconhecerem os avanços da participação social, ocorridos nos últimos dez anos, a maioria dos representantes das organizações de trabalhadores avalia como pouco ou fraco o diálogo que se conseguiu construir para a população jovem em geral. O problema parece estar justamente no tipo de participação que foi construída, que, para os entrevistados, só abre espaço para a juventude organizada. Um dos representantes das centrais sindicais expressa a seguinte crítica estrutural:

“Os jovens trabalhadores são pouco chamados para discutir as questões do trabalho. Este espaço (do Subcomitê da ANTDJ) é talvez o único que tem jovens falando dos direitos dos trabalhadores jovens, porque geralmente nas mesas de negociações nacionais ou nos encontros, nos espaços do Conselho Nacional do Trabalho, são os dirigentes, os presidentes que não são jovens e eles não sabem muito bem acompanhar a pauta da juventude. Acho que falta um espaço maior para jovens trabalhadores serem ouvidos. No Conjuve tem o espaço, mas o espaço são três centrais sindicais e uma central de empregadores. É pouco para você, de fato, ouvir a demanda do jovem trabalhador e tem muitas. Quando você vai fazer uma assembleia em uma fábrica, eles sabem falar tudo o que precisava melhorar e eles não encontram espaço nem nos sindicatos e nem nas empresas para colocar essas pautas” (Representante dos Trabalhadores).

Assim, representantes do governo e de organizações de trabalhadores mostraram estar de acordo a respeito de que os jovens não organizados ainda não são escutados e que esses jovens da sociedade civil – principalmente aqueles que muitas vezes nem estudam nem trabalham e que são jovens mulheres mães – deveriam ser o foco de atenção prioritária no processo de construção de políticas para o trabalho decente.

Uma medida concreta, citada como inovação para o diálogo social, foi a abertura de espaço no Subcomitê para a participação de instituições, como o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que estão para além da divisão entre governo, trabalhadores e empregadores. Representantes entrevistados das centrais sindicais disseram que o caminho para alcançar os jovens é ouvir a “base” e construir espaços e formas de participação menos hierárquicas. Além disso, afirmaram que para alcançar os jovens que não estão organizados é preciso entender o que esses querem para suas vidas e o que esperam das estruturas do Estado.

Os representantes dos empregadores mostraram ter uma visão diferente sobre o diálogo social. A maioria afirmou que consegue dialogar com os jovens já inseridos em alguns setores do mercado,



como o de serviços, bens e turismo, mas acredita que ainda *“há um abismo no diálogo com os outros jovens por conta de um problema educacional”* (Representante dos Empregadores). Outro representante dos empregadores apontou para um *“problema cultural”*, afirmando que *“deveria se investir em propagandas televisivas sobre as políticas de emprego que atingissem o jovem de uma forma mais coercitiva, imputando-lhe o dever do trabalho”*.

Os representantes de organizações de empregadores avaliaram como positivo o avanço do diálogo e compararam com outros países, afirmando que em nenhum outro país conseguiu-se criar um espaço com a presença de empregadores, para se pensar políticas de trabalho para os jovens: *“a gente conhece umas demandas e outras não, tudo depende do diálogo. Você pode ter o conhecimento e concordar ou ter o conhecimento e não concordar. É relativo”* (Representante dos Empregadores).

Observou-se que todos os entrevistados valorizam muito a existência do Subcomitê como forma de participação, sua organização tripartite e a maneira como suas decisões são tomadas por consenso. A maioria narra a participação no Subcomitê como a primeira experiência em espaços com esse tipo de proposta de diálogo e se mostram surpreendidos positivamente com os resultados.

Em síntese, o tema do diálogo social foi lembrado e abordado de forma heterogênea pelos membros do Subcomitê. Grande parte dos entrevistados avaliou que o diálogo com os jovens é bom, melhorou muito, porém precisa avançar. Outros disseram que o diálogo social feito com a juventude ainda é ruim. O segmento de representantes de confederações de empregadores apontou que o Brasil é referência no diálogo social para a formulação de políticas para o trabalho e juventude; e representantes de centrais sindicais de trabalhadores recomendaram que o próximo governo, de fato, implemente as políticas que estão sendo discutidas nos fóruns e que invista em uma melhor comunicação com o seu público na divulgação das políticas que existem.

5.6 A visão dos Membros do Subcomitê da ANTDJ: uma síntese

Os resultados da pesquisa (IPEA/OIT) destacaram o engajamento marcante com a promoção do trabalho decente dos membros do Subcomitê. Todos demonstraram que têm muito a contribuir com propostas e ações concretas para o enfrentamento da elevada informalidade, desemprego e precariedade do trabalho da juventude no Brasil. Surpreendeu também a dimensão elevada de consensos observados entre os três segmentos dos representantes entrevistados sobre as principais causas da precariedade do trabalho da juventude.

No tema da diversidade da juventude há uma divergência a ser destacada. Uma parte dos entrevistados considerou que as desigualdades do mercado de trabalho devem ser atribuídas à formação e qualificação dos jovens. Outros chamaram atenção para o fato de que as razões para essas desigualdades devem ser atribuídas às razões estruturais do mercado de trabalho, não podendo atribuir os problemas da precariedade e do desemprego ao próprio jovem.

Uma boa notícia apontada na Pesquisa referiu-se ao fato de que todos os representantes entrevistados concordaram que as instituições que representam no Subcomitê têm um papel importante a desempenhar na promoção do diálogo social sobre trabalho decente para a juventude. As entrevistas também revelaram, com muita clareza, que há consciência do papel distinto de cada segmento em relação à informalidade, mas que também reconhecem, quando e onde, empregadores, governo e trabalhadores devem atuar conjuntamente.



6. O lugar do trabalho decente em outros espaços de diálogo e participação social da juventude no Brasil

6.1 Conferências de Juventude

As Conferências de Juventude são momentos muito importantes para se discutir os diversos temas que envolvem os jovens brasileiros. Por meio delas, muitas propostas discutidas são transformadas em políticas públicas, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Juventude, o Programa Juventude Viva, e o Estatuto da Juventude, aprovado em 2013. O objetivo das conferências nacionais é, justamente, promover o diálogo entre os diversos segmentos da sociedade civil, a fim de favorecer os interesses nelas representados na formulação de diretrizes para as políticas públicas nacionais (Pogrebinski, 2013).

As Conferências Nacionais representam um auge dos processos que se iniciam nos municípios, potencializando problemas locais em soluções que alcancem todo o país. A 3ª Conferência Nacional, por exemplo, que será realizada em dezembro de 2015, está sendo precedida por: (i) Etapas Livres (encontros organizados por qualquer pessoa, organização ou instituição interessados em mobilizar outras pessoas para discussão dos temas da Conferência); (ii) Etapas Municipais, Regionais e Territoriais (realizadas por um ou mais municípios para discutir as propostas daquela cidade ou região e eleger os delegados à etapa estadual), (iii) Etapas Estaduais e do Distrito Federal (realizadas para debater as propostas originadas nas etapas municipais e regionais, além de elaborar propostas e eleger delegados e delegadas à etapa nacional); e, pioneiramente nessa edição, a (iv) Etapa Digital¹³ (realizada inteiramente no ambiente digital), onde qualquer pessoa pode apresentar propostas, votar, curtir e discutir sobre o que está sendo proposto por outros internautas.

6.2 1ª Conferência Nacional de Juventude

A 1ª Conferência Nacional de Juventude aconteceu em 2008, em Brasília (DF) e o lema escolhido foi "*Levante sua Bandeira*". O objetivo geral era o de contribuir para a construção e fortalecimento da Política Nacional de Juventude.

A metodologia da Conferência se deu por meio de 3 Eixos temáticos, que compreendiam (I) Juventude: Democracia, participação e Desenvolvimento Nacional; (II) Parâmetros e diretrizes da política nacional de juventude; e (III) Desafios e prioridades para as políticas públicas de juventude.

Nessa Conferência foi lançado o Pacto pela Juventude¹⁴, um compromisso público coordenado pelo Conjuve, com o objetivo de dar visibilidade e buscar a efetivação dos parâmetros e diretrizes da Política Nacional de Juventude e das resoluções da Conferência.

Quatro mil e quinhentas propostas chegaram à etapa nacional, ao final da 1ª Conferência, foram aprovadas 70 resoluções, sobre diversos temas, entre os quais foram estabelecidas 22 prioridades¹⁵ para as políticas de juventude. Especificamente sobre o tema *Trabalho*, apenas uma proposta foi estabelecida, que envolve a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salários, conforme a campanha nacional unificada promovida, anteriormente, pelas centrais sindicais.

¹³ Secretaria Nacional de Juventude, 2015: <http://juventude.gov.br/>

¹⁴ O objetivo principal do Pacto era o de articular agentes governamentais, sociedade civil e movimentos juvenis, visando colocar em prática as propostas aprovadas.

¹⁵ Fonte: Caderno de resoluções – 1ª Conferência Nacional de Juventude: Levante sua bandeira, 2008.



6.3 2ª Conferência Nacional de Juventude

Realizada em 2011 em Brasília (DF), a 2ª Conferência teve como lema “Conquistar direitos, Desenvolver o Brasil”, também com o objetivo de contribuir para construção e fortalecimento da política nacional de juventude. Os eixos temáticos desta conferência incluíam: Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos, abrangendo: (I) Juventude: democracia, participação e Desenvolvimento Nacional; (II) Plano Nacional de Juventude: Prioridades 2011-2015; e (III) Articulação e integração das políticas públicas de juventude.

Nessa Conferência, 26 propostas finais foram aprovadas dentro dos eixos de (i) Desenvolvimento Integral; (ii) Direito ao Território; (iii) Direito à Experimentação e Qualidade de Vida; (iv) Direito à Diversidade e à Vida Segura; e (v) Direito à Participação. Diversas propostas que englobam demandas por trabalho decente e melhorias no acesso à educação foram contempladas no eixo de Desenvolvimento Integral, como exemplo a consolidação de políticas de educação inclusiva, bem como a garantia de oferta de Atendimento Educacional Especializado. Foi também nesse eixo que consolidou-se a ideia de construção e implementação do Plano Nacional para a promoção do trabalho decente para a juventude, baseado nas prioridades da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude.

6.4 Expectativas em torno da 3ª Conferência (2015)

“As várias formas e meios de mudar o Brasil” é o lema da 3ª Conferência de Juventude; seus objetivos são: (i) ampliação da visualização da diversidade e das expressões da juventude; (ii) promover o combate aos preconceitos; (iii) pensar os locais, territórios e comunidades onde os jovens vivem; elaborar o 1º Plano Nacional de Juventude; (iii) transformar o ambiente digital em espaço permanente de participação; (iv) criar espaços onde a juventude possa apresentar suas diferentes formas de expressão, como: mostras culturais, artísticas e científicas e (v) promover mais integração, mais redes de possibilidades, mais visibilidade ao que a juventude produz em sua comunidade (no campo ou na cidade).

De acordo com os organizadores, nessa conferência o ambiente digital ganhará relevância. Referindo-se ao espaço da terceira Conferência Nacional, O secretário Nacional de Juventude declarou que:

“Este também é um ambiente importante para a juventude como espaço político de busca de direitos e de luta contra preconceitos. Os jovens fazem política nas ruas e nas redes. Queremos incorporar essas duas dimensões no processo de diálogo com a juventude” (fala do Secretário Nacional de Juventude, Gabriel Medina, 2015)¹⁶.

Muitas propostas discutidas e decididas nas conferências nacionais contribuíram para colocar importantes temas na pauta governamental de políticas públicas e subsidiaram a elaboração de programas governamentais voltados para o público jovem. No entanto, o tema do trabalho decente para a juventude é ainda pouco presente nesses espaços. De forma geral, as avaliações realizadas sobre a efetividade dos arranjos participativos nacionais¹⁷ dão conta de que grande parte de espaços institucionais de

¹⁶ Fonte SNJ. Acesso : <http://juventude.gov.br/juventude/audios/3a-conferencia-nacional-de-juventude-quer-ampliar-espacos-de-participacao-social#.VkyhE3arS70>

¹⁷ Silva, Enid Rocha A. - Projetos políticos e arranjos participativos nacionais: os significados e os desdobramentos nos conselhos nacionais. Unicamp, 2013. Tese de doutorado e jovens e participação social no ciclo de políticas públicas para a juventude. (Enid Rocha Andrade Silva e Debora Maria Borges de Macedo). IPEA, 2015, no prelo.



participação social apresenta um desenho institucional e um conjunto de atribuições que limitam a participação da sociedade em questões periféricas da agenda governamental, não facilitando que o diálogo e a participação incidam nas questões de grande impacto na vida da população, como são as que permeiam a juventude e o mundo do trabalho. Sendo assim, as expectativas para a 3ª Conferência também incluem a ampliação da participação da sociedade civil, e o crescimento do tema trabalho decente dentro dos debates a serem realizados.

6.5 Conselho de Juventude

O Conselho Nacional da Juventude, ao lado das Conferências Nacionais, constitui-se em um dos principais espaços de participação e diálogo social dos jovens na proposição e controle social de políticas públicas. Sua composição contempla um terço de representantes do poder público e dois terços da sociedade civil, totalizando 60 membros. Os primeiros são indicados pelos 17 ministérios e secretarias federais que possuem programas voltados para os jovens. Além desses órgãos, no âmbito do poder público, o Conselho ainda conta com representantes da Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados; do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude; e das associações de prefeitos. A sociedade civil no Conjuve é representada por movimentos juvenis, organizações não governamentais, especialistas e personalidades com reconhecimento público pelo trabalho que executam nessa área. São eleitos para mandato de dois anos, mediante eleição direta, em assembleia convocada pelo Conselho com essa finalidade.

É responsável por elaborar a Política Nacional de Juventude, a partir de subsídios gerados pelas conferências, bem como dos encontros e seminários que articulam o debate conjunto em torno das políticas de juventude entre pesquisadores, militantes de grupos juvenis e integrantes de instituições governamentais. De acordo com uma avaliação do próprio Conjuve (2010), esse órgão vem se consolidando como um espaço de reflexão fundamental para que os conselheiros, juntos, possam encontrar respostas aos desafios enfrentados, como a carência de estrutura e capacitação, a dificuldade de monitoramento das políticas e o diálogo entre a sociedade civil e o governo.

O tema trabalho decente, da mesma forma que nas Conferências Nacionais, não se constitui em uma das preocupações principais de debate no CONJUVE, apesar de muitos dos seus conselheiros representarem órgãos governamentais e entidades não governamentais vinculadas ao tema trabalho e educação. No período de 2012 a novembro de 2014, por exemplo, de um total de 31 decisões/encaminhamentos debatidos e encaminhados pelo Pleno do CONJUVE, apenas três se relacionaram ao tema trabalho, conforme ilustra o quadro 3, abaixo:

Quadro 3 - Conselho Nacional de Juventude: Propostas, Decisões e Encaminhamentos de 2012 à Novembro de 2014 relacionados ao tema trabalho da juventude

Encaminhamentos/Decisões/propostas apresentadas	Data da reunião
Participação do CONJUVE em debates sobre o Projovem Urbano, a convite do MEC, com a diretriz de ampliar o programa para além da sua dimensão estritamente educacional;	Reunião 10/11/2012
Apresentação e debate sobre as discussões da Conferência Nacional do Trabalho Decente, centralizando na necessidade de fortalecimento do subcomitê do Trabalho Decente para a Juventude como espaço para o enfrentamento ao desemprego juvenil;	Reunião 14 e 15/08/2012
Participação de membros do Conjuve no Subcomitê do Trabalho Decente para a Juventude, para elaboração da Pauta do Trabalho Decente para a Juventude	17 e 18/2014



Para a juventude brasileira, os conselhos, as conferências e o Subcomitê da ANTDJ estão entre as arenas mais relevantes de participação, consagradas na recente história de participação social dos jovens no debate das políticas públicas, mas é visível que os temas que perpassam o mundo do trabalho ainda ganham pouco destaque, quando comparado a sua importância na vida dos jovens.

7. Considerações finais

Um dos maiores desafios para a ampliação do diálogo social sobre trabalho decente nos espaços participativos existentes no âmbito do governo federal consiste em superar os limites das próprias instituições participativas vinculadas às mais diferentes políticas públicas e torná-las mais deliberativas e com maior incidência no ciclo de elaboração de políticas públicas. É necessário ampliar o debate sobre temas que impactam no acesso ao trabalho decente e à educação de qualidade em todos os espaços de participação social da juventude.

Finalmente, é importante fortalecer, cada vez mais, a arena de debates do Subcomitê da ANTDJ, uma vez que o trabalho decente é fundamental para a superação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e para a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.



Fontes e Referências Bibliográficas

ABRAMO, Laís. *Trabalho decente e Juventude no Brasil: A Construção de uma agenda*. IN: Mercado de trabalho: Conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do trabalho e Emprego. – v.1, n.0, (mar.1996) – Brasília: Ipea: MTE, Ano 18 – Agosto 2013.

_____. Trabalho Decente, Informalidade e Precarização do Trabalho. IN: Condições de trabalho no limiar do século XXI. Sadi dal Rosso, José Augusto Abreu Sá Fontes (org.). Brasília: Finatec, 2007.

ANTDJ. Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude. Ministério do Trabalho e Emprego. Outubro de 2010.

BOTELHO, Rosana. Relatório: Iniciativas voltadas para a Juventude no âmbito Federal 2011-2012. Ipea/ Disoc, 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. Estatuto da Juventude: Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Mais direitos para a juventude que transforma o Brasil. Brasília, 2014.

BRASIL. Governo do Estado de Minas Gerais. Cartilha: Criação e Consolidação de Conselhos Municipais de Juventude. Belo Horizonte, 2012.

CONJUVE. Conselho Nacional da Juventude. Cartilha Conselhos de Juventude: Fortalecendo Diálogos, Promovendo Direitos. Org.: Rebeca Ribas. Brasília, 2010.

CONJUVE. Política Nacional de juventude: diretrizes e perspectivas / Regina Célia Reyes Novaes, Daniel Tojeira Cara, Danilo Moreira da Silva, Fernanda de Carvalho Papa (orgs) – São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

CONJUVE. Guia de Conselhos de Juventude. Brasília, 2014.

CONJUVE. Regimento Interno do Conselho Nacional de Juventude. Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília: 2008. Disponível em: http://www.rejuma.org.br/wiki/images/e/ee/Regimento_Interno_2008.pdf . Acesso: 28/03/2015 13:38.

CONJUVE. Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010. Brasília, março de 2011.

CONJUVE. Natureza, composição e funcionamento. Agosto, 2005 a março de 2007/ Maria Virgínia de Freitas (Org.), – Brasília, DF/São Paulo: Conjuve; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007.

CONSELHEIROS CONJUVE. Disponível em: http://juventude.gov.br/conjuve/conselheiros#.VRVvDPnF_97. Acesso 27/03/2015 – 11:54.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota técnica: *Experiências de Monitoramento dos Resultados de Conferências Nacionais*. Brasília, outubro de 2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Conselhos nacionais: perfil e atuação dos conselheiros*. Base de dados. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao> . Brasília: Ipea, 2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Juventude e políticas sociais no Brasil / Organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade*. – Brasília: Ipea, 2009.

OIT. Trabajo decente y juventude em América Latina. Avances y propuestas. Lima: OIT/Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2010.

OIT. Juventude e informalidade: a formalização da juventude informal: Experiências inovadoras no Brasil. Lima: OIT/ Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe, 2015.



POGREBINSCH, T. Conferências Nacionais e políticas públicas para grupos minoritários. IN: Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades / organizadores: Leonardo Avritzer, Clóvis Henrique Leite de Souza. – Brasília: Ipea, 2013.

Silva, Enid Rocha A. - Projetos políticos e arranjos participativos nacionais: os significados e os desdobramentos nos conselhos nacionais. Unicamp, 2013. Tese de doutorado

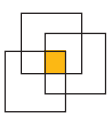
_____. As “Conferências Nacionais de Políticas Públicas: Reflexões sobre avanços e desafios no período 2003-2006” Texto para Discussão 1378. IPEA Brasília, 2009.

SNJ. Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <http://juventude.gov.br/>

Acesso em 05/2015.

SNJ e CONJUVE. Caderno de resoluções – 1ª Conferência Nacional de Juventude: Levante sua bandeira. Brasília, agosto de 2008.

THEODORO, Mário. *Participação Social em Políticas Públicas: Os Conselhos Federais de Política Social - o caso CODEFAT*. Texto para discussão 931. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, dez. 2002.



Organização Internacional do Trabalho

2015